



Aumento da cobertura previdenciária para domésticas é prioridade do MPS

Foto: Victor Soares



Dos 6,3 milhões de brasileiros ocupados em atividades domésticas em residências de terceiros, de acordo com o IBGE, 4,1 milhões não têm proteção da previdência social em consequência da informalidade, ou seja, da ausência de carteira assinada. Do total de trabalhadores do setor, 93,65% são mulheres. E a ausência da proteção previdenciária prejudica, em especial, as mães que acabam sem acesso ao salário maternidade.

Para mudar essa situação a Previdência Social brasileira estabeleceu como prioridade para o ano de 2009 o aumento da cobertura previdenciária das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, que têm no dia 27 de abril a data dedicada à categoria. O objetivo do Ministério é incentivar a formalização, alterando a realidade apontada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE).

Com a carteira assinada, todo trabalhador e trabalhadora têm acesso a benefícios como aposentadoria

por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, além do auxílio-doença e do salário maternidade. Os dependentes também são beneficiados com o auxílio-reclusão e a pensão por morte.

Desde 2006, é permitido o desconto no Imposto de Renda da parcela patronal da contribuição previdenciária sobre um salário mínimo, referente a um empregado, por declaração. Esta é uma medida do Governo Federal para incentivar empregadores e empregadoras a registrar os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas e inscrevê-los no INSS.

Conquistas – Os trabalhadores domésticos adquiriram nos últimos anos uma série de direitos, entre eles aviso prévio, 13º salário, abono de férias, estabilidade para a trabalhadora grávida e salário mínimo, irredutível.

Os trabalhadores domésticos também têm direito ao repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 a mais do que o salário normal; licença maternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; licença paternidade; aviso prévio; estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto e folga nos feriados civis e religiosos, aposentadoria e integração à Previdência Social.

A legislação também proíbe os descontos referentes à moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal, utilizados no local de trabalho.

Trabalhadores domésticos

São os maiores de 18 anos que prestam serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial. O traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do(a) empregador(a). Integram a categoria: cozinheiras e cozinheiros, governantas, babás, lavadeiras, faxineiras e faxineiros, vigia, motorista particular, jardineiro, caseiro, acompanhante de idosos, mordomo, entre outros.

Empregador é responsável pelo recolhimento à Previdência

O empregador contribui mensalmente ao INSS com 12% sobre o salário de seu(s) empregado(s) doméstico(s). Cabe ao empregador recolher mensalmente à Previdência Social a sua parte e a do trabalhador (8%), que pode ser descontada do salário mensal. O recolhimento das contribuições deverá ser feito em guia própria (GPS), observados os códigos de pagamento.



Além de assinar a Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado doméstico, a patroa ou o patrão, se for o caso, deverá fazer a inscrição do trabalhador pela internet ou por meio da Central 135 (ligação gratuita).

Quando a empregada doméstica estiver em licença maternidade, o empregador paga à Previdência Social somente a quota patronal.

OIT deve propor convenção específica para a categoria

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na América Latina as trabalhadoras domésticas representam 16% da ocupação feminina, enquanto no Brasil este percentual chega a 21%. Em geral, as mulheres são negras, indígenas ou migrantes e sujeitas a vulnerabilidade. Na maioria dos países as trabalhadoras não têm direito ao trabalho assalariado e à proteção social adequada.

A questão do trabalho doméstico vem ganhando cada vez mais importância na agenda da OIT e o tema poderá evoluir, a exemplo de outras áreas, como o trabalho infantil, para a adoção de uma convenção específica para regular as relações de trabalho neste setor. O tema, inclusive, será pauta da Conferência Internacional do Trabalho, principal evento da organização, em 2010.

No Brasil, por exemplo, a formalização e ampliação da proteção social das empregadas domésticas é uma das metas da Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, da qual o Brasil é signatário. Entre as metas da agenda, estão a qualificação e a elevação da escolaridade das profissionais, campanhas de valorização do trabalho doméstico e a implantação de políticas de habitação de interesse social.

Trabalho doméstico é só para maiores de idade

O trabalho de crianças e adolescentes é proibido no Brasil. A legislação permite a contratação de adolescentes na condição de aprendizes, desde que desenvolvam atividades dentro de um contexto de formação profissional. O trabalho doméstico na casa de terceiros, entretanto, não pode ser exercido por crianças e adolescentes, pois a atividade é considerada uma das piores formas de trabalho infantil.

Em fevereiro de 2000, o Brasil ratificou a Convenção nº 182, da Organização Internacional do Trabalho, que trata das piores formas de trabalho. A convenção convoca os países signatários a adotarem medidas imediatas e eficazes para assegurar a eliminação de trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança, entre outros danos.

No dia 12 de junho de 2008 (Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil), o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o Decreto 6.481 que aprovou a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), incluindo os serviços domésticos.